

O ADOLESCENTE INFRATOR E O OUTRO SOCIAL: REFLEXÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A INDIFERENÇA

The Adolescent Offender and the Social Another One: Psychoanalytic Reflections on Indifference

El Adolescente Infractor y el Otro Social: Reflexiones Psicoanalíticas sobre la Indiferencia

L'Adolescent Délinquant et l'Autre Social: Réflexions Psychanalytiques sur l'Indifférence

DOI: 10.5020/23590777.rs.v18i3.5182

Andréa Máris Campos Guerra (Lattes)

Doutora em Psicologia e Professora adjunta do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Marina de Melo Silva Soares Otoni (Lattes)

Mestre em psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a indiferença, a partir da experiência com adolescentes em conflito com a lei, focando-se na relação com o técnico responsável pelo seu acompanhamento na medida socioeducativa em meio aberto, com o intuito de compreender como é possível operar com esses jovens na medida. Para realizá-la, elegemos a psicanálise como referencial teórico. Como a indiferença não é um conceito psicanalítico, mas um termo recolhido da experiência com esses jovens, a fim de proceder à investigação dessa experiência, recorremos ao conceito de pulsão, em Freud, para definir a indiferença. Balizamos a discussão com a noção de transferência. Utilizamos um fragmento de caso de adolescente que cumpriu a medida de Prestação de Serviço à Comunidade, no qual a indiferença se apresentava como um obstáculo para a realização do trabalho proposto. Localizamos, ao final dessa investigação, a retificação do Outro como estratégia para operar com jovens indiferentes na medida.

Palavras chaves: adolescente em conflito com a lei; indiferença; psicanálise; medida socioeducativa; pulsão.

Abstract

This article aims to analyze the indifference, based on the experience with adolescents in conflict with the law, focusing on the relationship with the technician responsible for their monitoring in the socio-educational measure in open means, in order to understand how it is possible to work with these young people in measure. To achieve this, we choose psychoanalysis as a theoretical reference. Since indifference is not a psychoanalytic concept, but a term collected from the experience with these young people, in order to proceed to the investigation of this experience, we resort to the concept of drive, in Freud theory to define indifference. We mark the discussion with the notion of transference. We used a piece of adolescent case that fulfilled the measure of Community Service Provision, in which indifference presented itself as an obstacle to accomplishing the proposed work. We locate, at the end of this investigation, the rectification of the Other as a strategy to work with indifferent young people in the measure.

Keywords: adolescent in conflict with the law; indifference; psychoanalysis; socio-educative measure; drive.

Resumen:

El objetivo de este trabajo es analizar la indiferencia, a partir de la experiencia con adolescentes en conflicto con la ley, con enfoque

en la relación con el técnico responsable por su acompañamiento en la medida socioeducativa en sitio abierto, con el propósito de comprender cómo es posible trabajar con estos jóvenes en la medida. Para eso, elegimos el psicoanálisis como referencial teórico. Como la indiferencia no es un concepto psicoanalítico, sino un término recolectado de la experiencia con estos jóvenes, con la finalidad de realizar la investigación de esta experiencia, utilizamos el concepto de pulsión, en Freud, para definir la indiferencia. Demarcamos la discusión con la noción de transferencia. Utilizamos un fragmento de caso de adolescente que cumplió la medida de Prestación de Servicio a la Comunidad, en la cual la indiferencia se presentaba como obstáculo para la realización del trabajo propuesto. Localizamos, al final de la investigación, la rectificación del Otro como estrategia para trabajar con jóvenes indiferentes en la medida.

Palabras clave: *adolescente en conflicto con la ley; indiferencia; psicoanálisis; medida socioeducativa; pulsión.*

Résumé

Cet article a comme objectif analyser l'indifférence, à partir de l'expérience avec des adolescents qui sont en conflit avec la loi. On met en relief la relation avec le technicien responsable de leur accompagnement dans la sanction socio-éducative ouverte, afin de comprendre comment traiter les adolescents sanctionnés. Pour y parvenir, on a choisi la psychanalyse comme référence théorique. Puisque l'indifférence n'est pas un concept psychanalytique, mais un terme tiré de l'expérience vécue avec ces adolescents et afin de procéder à une investigation de cette expérience, on a utilisé le concept de pulsion freudienne pour définir l'indifférence. on appuie la discussion avec la notion de transfert. On a utilisé un cas d'un adolescent qui a purgé sa peine de prestation de services communautaires, dans laquelle l'indifférence s'était présentée comme un obstacle à la réalisation du travail proposé. À la fin de cette enquête, on a pu apercevoir la rectification de l'Autre comme une stratégie à traiter avec des jeunes indifférents sanctionnés.

Mots-clés: *adolescent en conflit avec la loi; indifférence; psychanalyse; sanction socio-éducative; pulsion.*

A indiferença é uma temática central nas pesquisas realizadas por psicanalistas contemporâneos, como Koltai (1999) e Caniato e Nascimento (2010), que buscaram compreender as novas formas de subjetivação e de construção do laço social na atualidade.

Neste artigo, será abordada a partir do trabalho realizado, ao longo de nove anos, com adolescentes em conflito com a lei que cumpriram as medidas socioeducativas em meio aberto, de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida. Por isso, inicialmente, serão trazidas algumas considerações sobre as medidas socioeducativas e o acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei, buscando, assim, contextualizar a indiferença nesse contexto.

As Medidas Socioeducativas e o Adolescente em Conflito com a Lei

As medidas socioeducativas são medidas aplicadas pelo juiz da Vara da Infância e Juventude aos adolescentes de 12 a 18 anos que praticaram uma infração, com o intuito de responsabilizá-los pelo ato infracional praticado. Tais medidas que podem ser cumpridas em liberdade, em regime semi-aberto ou fechado, e constam no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que consiste em uma legislação específica para jovens e crianças, criada no Brasil, em 1990. Embora o ECA reconheça os adolescentes como sujeitos de direito em situação peculiar de desenvolvimento, atribuindo-lhes, por isso, a inimputabilidade penal, não os isenta da responsabilidade pelo ato infracional praticado. Mas, diferente da lógica punitiva do antigo Código de Menores e do direito penal, o ECA propõe que a responsabilização se dê a partir da construção de um novo projeto de vida pelo adolescente.

Essa construção se inicia com a elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA) pelo adolescente, previsto no Sistema Nacional de Acompanhamento Socioeducativo (SINASE), que deverá contemplar os eixos a serem trabalhados ao longo do cumprimento da medida, como educação, saúde, profissionalização, família, cultura e lazer. Espera-se que, para além de um cumprimento formal pelo adolescente do que foi determinado pelo juiz em audiência, ele se responsabilize subjetivamente por sua medida, o que para Salum (2012) concerne às respostas e posições que ele assume diante das possibilidades que são apresentadas a ele.

Mas, para que a medida tenha uma incidência sobre a subjetividade do jovem, é necessário criar condições para que ele conte a sua história. Aposto-se que, ao dar voz ao adolescente, ele irá conseguir não só construir um sentido para o seu ato, localizando as questões que o levaram a infracionar, como também descobrir suas habilidades, interesses e objetivos. Assim, encontrando, nesse universo de possibilidades que serão apresentadas através do PIA, algo que faça sentido para ele e que possa levá-lo a

construir um novo projeto de vida, o que não representa uma tarefa fácil para quem se dispõe a acompanhar o jovem na medida.

Por se tratar de uma determinação judicial, cujo caráter coercitivo não se pode negar, grande parte dos adolescentes manifesta, a princípio, uma resistência em relação ao que é proposto na medida. Com raras exceções, os adolescentes chegam para iniciar o cumprimento sem ter uma noção clara do que é e qual a sua finalidade, o que contribui não só para que eles interpretem a medida de forma equivocada, mas também para que coloquem o técnico em uma posição de juiz ou polícia, alguém que tem o poder de decidir seu destino, puni-lo ou libertá-lo.

Por isso, inicialmente, não é raro que o adolescente, antes mesmo que o processo de responsabilização se inicie, demande do técnico que ele solucione o mais rápido possível a sua situação na justiça ou intervenha junto ao juiz para que ele seja liberado da medida, alegando inocência. Observa-se, nessas demandas iniciais, o que Garcia (2001), denominou de sujeito suposto poder: o adolescente supõe que o técnico tem um poder sobre sua medida e situação judicial.

Dessa forma, o técnico é colocado pelo adolescente no lugar de sujeito suposto poder sobre sua situação jurídica. Sabemos que, de fato, o técnico pode influenciar a decisão do juiz através dos relatórios que ele envia para o Juizado e que o acompanhamento técnico pode ter características regulatórias na medida. No entanto, é imprescindível para o bom andamento do processo que o técnico jamais ocupe o lugar do mestre, ou do juiz, que lhe é atribuído pelo adolescente. Trata-se de uma impostura que pode trazer consequências desastrosas para o trabalho a ser realizado com o adolescente, que pode vir a desenvolver uma transferência negativa ou uma resistência em relação ao que o técnico propõe. E, caso isso aconteça, o adolescente pode não só se recusar a participar ativamente dos atendimentos e também a dar tratamento às questões relevantes, que podem esclarecer os motivos que o levaram a se envolver com a criminalidade, como também pode se recusar a cumprir a medida, dificultando o trabalho proposto.

Freud e Lacan teceram em sua obra considerações valiosas sobre a posição do analista e o manejo da transferência no processo analítico. Tais considerações podem contribuir para a análise da transferência no contexto socioeducativo e esclarecer qual deve ser a posição do técnico nas medidas socioeducativas. Embora Freud (1912/1969) tenha feito uma série de recomendações aos psicanalistas iniciantes sobre qual deve ser o lugar do analista na transferência, ele não conseguiu impedir que alguns equívocos fossem praticados por jovens analistas. Essas recomendações, realizadas não só no artigo escrito em 1912, mas também em outros momentos da sua obra, como nos textos *Análise terminável e interminável* e *Construções em psicanálise e esquema da psicanálise*, que escreveu entre 1937 e 1938, alertavam os psicanalistas sobre o mau uso que eles podem fazer do poder que a sua posição na análise lhes outorga ao encarnar o lugar do mestre, do educador ou do sacerdote.

Em *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, Lacan (1958/1998) denunciou o desvio da prática analítica, que se transformava em uma reeducação emocional do paciente quando o analista se oferecia como modelo, procurando moldá-lo à sua imagem e semelhança. Lacan (1958/1998) considerava tal fato uma impostura do analista, que pode ser interpretada como exercício de poder.

Para evitar que essa impostura acontecesse, Lacan (1958/1998) propôs que o analista ocupe o lugar da falta-a-ser na relação transferencial estabelecida com o paciente, o que implica em abdicar do seu ser na condução do tratamento, isentando-se dos seus juízos de valor e de seus interesses pessoais para dirigi-lo. Assumindo, assim, uma posição neutra no contexto analítico.

Para descrevê-la, Lacan (1958/1998) comparou a análise a um jogo de bridge, no qual o analista joga com o morto ao colocar seu ser do lado de fora da partida e ao dispor suas cartas, que auxiliariam o parceiro em cada lance, inovando as jogadas. Ao fazê-lo, ele demonstrou que, na análise, o analista é aquele que não dirige o tratamento pela sabedoria ou por seu ser, mas pelo desejo do analista em um discurso que lhe é próprio, o discurso do analista.

Foi no *Seminário 17: O avesso da psicanálise*, que Lacan (1969-70/1992) apresentou e discutiu o discurso do analista utilizando, para isso, o recurso do matema composto pelas seguintes letras S_1 , S_2 , $\$$, a . Ao fazê-lo, ele descreveu o discurso do analista como avesso ao discurso do mestre. Para Lacan (1969-70/1992), o mestre é aquele que ocupa o lugar de S_1 no discurso, daquele que sabe, que tem a verdade do seu lado; provocando, por isso, um assujeitamento do outro, para quem ele se dirige. Isto não acontece no discurso do analista, pois o analista não ocupa o lugar de S_1 , mas do objeto a , em torno do qual se situa e se ordena o seu discurso. É isso que possibilita que o analista não só se abstenha do lugar de saber que a transferência lhe outorga, mas também que ele se dirija a um sujeito, despertando nele o desejo de querer saber o que, inconscientemente, sabe, e do que durante muito tempo nada quis saber, para que produza o que sabe.

Nesse sentido, o analista é aquele que deve se colocar no lugar daquele que supostamente porta um saber sobre o paciente, recusando-se, por isso, a atender as suas demandas. Nisso consiste para Lacan (1964/2008) o manejo da transferência, como demonstra Miller (1987), ao afirmar que:

A análise da transferência consiste em descobrir que não há, em sentido real, sujeito suposto saber. Isso é o que constitui o desejo do analista, desejo muito singular que Freud localizou em um momento da história, o desejo do analista de não se identificar com o Outro, de respeitar o que Freud, em sua linguagem, chama de a individualidade do paciente, não ser um ideal, um modelo, um educador, e sim deixar espaço para a emergência do desejo do paciente. (Miller, 1987, p. 89)

Dessa forma, podemos afirmar que o técnico de referência na medida do adolescente, assim como o analista, deve assumir em sua intervenção uma posição neutra e criar um espaço de fala para que o adolescente construa um saber sobre seu ato, localizando na sua história o que, de fato, o levou a infracionar. “Permitindo, assim, que o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa desloque essa posição de poder para uma posição de saber sobre o que ele trouxe.” (Nassau, 2011, p.8). Isto pode contribuir não só para que o adolescente se responsabilize pelo ato praticado pela via da palavra, mas também para que ele se aproprie da medida como sua e construa, a partir das possibilidades que lhe são ofertadas, um novo projeto de vida.

Contudo, nem sempre isso é possível. Há situações em que, ainda que o técnico se abstenha desse lugar de representante da lei, que se autoriza a decidir pelo adolescente, este não se envolve com a medida. Diferente do que ocorre com a maioria dos adolescentes, que atribuem ao técnico um lugar de poder, nesse caso, o jovem não supõe nada no técnico. A princípio, isto impede que um trabalho seja realizado, na medida em que, por ele não suportar nada, ele não estabelece um laço de trabalho com o técnico, nem positivo, nem negativo, recusando-se a falar, permanecendo em silêncio durante os atendimentos. Trata-se de jovens que são indiferentes ao técnico.

A Indiferença

Para precisar melhor o que estou chamando de indiferença, vou recorrer ao conceito de pulsão que Freud desenvolveu na sua obra. Embora a indiferença não seja um conceito psicanalítico, Freud fez menção ao termo em algumas passagens da sua obra, definindo-a em um texto escrito em 1915, no qual discorre sobre os destinos da pulsão, como um afeto contrário ao amor e ao ódio.

A pulsão foi descrita por Freud (1915/1974b) como o conceito mais importante e, ao mesmo tempo, obscuro para a pesquisa psicológica e para a psicanálise. Por se tratar de um conceito difícil de ser abordado, Freud (1915/1974b) analisou as pulsões a partir de alguns aspectos, descrevendo-a como um estímulo aplicado à mente, que tem sua origem dentro do organismo, e que atua como uma força constante que não pode ser eliminada; mantendo, assim, um afluxo constante de estimulação. Ao fazê-lo, Freud (1915/1974b) direcionou seus estudos acerca da pulsão para a natureza dela.

Para realizar essa pesquisa, Freud (1920/1976a) partiu da análise de um fenômeno que acontece durante o tratamento psicanalítico, a compulsão à repetição. Ele observa que, durante o tratamento, o paciente não é capaz de recordar, em função da resistência que se origina no Ego¹, a totalidade do que nele se acha reprimido. Parte do material reprimido, que se relaciona à infância do paciente, é revivido, atuado (*acted out*) pelo paciente como se fosse uma experiência contemporânea, através da relação transferencial que ele estabelece com o médico, ao invés de ser recordado como um evento do passado.

Ao observar o conteúdo desse material, Freud (1920/1976a) constatou que se trata de experiências relacionadas à vida sexual infantil do paciente, que não são capazes de produzir prazer, porque levam à satisfação de moções pulsionais que, no passado, causaram desprazer, mas que, a despeito disso, são repetidas sob a pressão de uma compulsão.

Freud (1920/1976a) observou ainda que essas vivências que se repetem durante o tratamento analítico, causando desprazer ao paciente, e podem ser observadas na vida de pessoas normais que, diferente daquelas que se submetem a um tratamento analítico, não apresentam nenhum sintoma que denuncia a presença de um conflito neurótico. São pessoas que vivenciam situações que dão a impressão de que são perseguidas por um “destino maligno”, como o caso citado por ele de uma mulher que se casou três vezes e o casamento teve o mesmo desfecho, o marido caiu doente logo após a cerimônia de casamento, e ela teve que cuidar dele em seu leito de morte. Embora pareça que são vítimas de um “destino maligno”, Freud (1920/1976a) acredita que essas pessoas são responsáveis por esses acontecimentos, os quais, para ele, foram determinados por influências infantis primitivas.

Foram essas observações que levaram Freud (1920/1976a) a reconhecer que existe na mente uma compulsão à repetição, que sobrepuja o princípio de prazer². Freud (1920/1976a) se deparou, assim, com um atributo universal das pulsões e da própria vida orgânica, sua natureza conservadora, o que o levou a concluir que a morte (o retorno ao estado inanimado) representa de forma precisa os esforços pulsionais de todo organismo vivo.

Parece, então, que uma pulsão é um impulso, inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas, impulso que a entidade viva foi obrigada a abandonar sob a pressão de forças perturbadoras externas, ou seja, é uma espécie de elasticidade

1 Freud (1920/1976a) ressalta que para compreender a compulsão à repetição é necessário reconhecer que a resistência parte do Ego e não do inconsciente, como grande parte dos psicanalistas tendem a pensar, pois este não oferece resistência alguma ao tratamento, pelo contrário, se esforça para abrir caminho até à consciência.

2 O Princípio de Prazer corresponde a um mecanismo de funcionamento da mente que se esforça por manter a quantidade de excitação presente no aparelho mental tão baixa quanto possível ou constante, pois o aumento na quantidade de excitação corresponde ao desprazer, e o prazer a uma diminuição.

orgânica, ou, para dizê-lo de outro modo, a expressão da inércia inerente à vida orgânica. (Freud, 1920/1976a, pp. 53-54)

Essa constatação causou em Freud (1920/1976a) uma estranheza, já que, até então, ele havia descrito as pulsões como forças internas que impulsionam o organismo a se desenvolver. Movido por essa estranheza, ele decidiu rever o comportamento das pulsões sexuais recorrendo à descrição do desenvolvimento de uma substância viva. Ao fazê-lo, ele observou que as pulsões sexuais surgem no organismo em circunstâncias diferentes e que, ao contrário das pulsões que conduzem o organismo a uma morte natural, o impulsionam para a vida.

Essa descoberta levou Freud (1923/1976b) a finalizar a sua pesquisa acerca da natureza das pulsões postulando a existência de duas classes pulsionais: pulsões sexuais, ou Eros, responsáveis pela manutenção e prolongamento da vida, e pulsões de morte, que visam o retorno do organismo ao estado inanimado. Ambas são ativas em toda substância viva, ainda que em proporções desiguais.

Para compreender o seu funcionamento, Freud (1930/1974a) recorreu a algumas considerações realizadas na sua obra sobre o processo civilizatório. Ao fazê-lo, ele concluiu que coexiste no homem uma forte propensão ao egoísmo e ao altruísmo, ao ódio e ao amor, e essa dualidade pulsional reina, junto e ao mesmo tempo, tanto sobre a vida inconsciente do indivíduo quanto sobre a sua vida social. Mas essas pulsões que habitam o homem podem sofrer vicissitudes, ou seja, modificações ao longo da vida do indivíduo.

Neste artigo, será enfocado o processo de reversão do conteúdo da pulsão ao seu oposto, pois é ele que pode esclarecer a indiferença, visto que a indiferença surge como um afeto oposto ao ódio e amor.

Para descrever esse processo, Freud (1915/1974b) recorreu ao exemplo da transformação do amor e ódio, procurando analisar os três opostos que o amor admite: amar-odiar, amar e ser amado e amar/odiar (em conjunto) e ser indiferente.

Para analisar os três opostos do amar, Freud (1915/1974b) considerou não só que a vida mental é regida por três polaridades: sujeito x ego/objeto x mundo externo, prazer x desprazer e ativo x passivo, interligadas entre si, mas também a forma como o ego interage com o mundo externo. Para ele, o amar está associado à relação que o ego estabelece, ao longo da vida, com suas fontes de prazer. Para compreendê-la, Freud (1915/1974b) partiu da descrição de uma situação psíquica primordial, denominada de narcisismo.

No início da vida mental, o Ego encontra-se fechado em si mesmo, buscando satisfazer as moções pulsionais que chegam até ele através do seu próprio corpo, obtendo uma forma de satisfação que Freud (1915/1974b) denominou de autoerótica. Essa situação ilustra o primeiro dos opostos que encontramos para o amor: a indiferença.

O Ego não consegue permanecer por muito tempo indiferente à realidade a sua volta, contudo. Logo, esse estado é perturbado pelos estímulos internos relacionados às pulsões autopreservativas, que o forçam a interagir com o mundo externo. Quando isso acontece, o segundo oposto ao amar, o odiar, atinge seu desenvolvimento. À medida que o indivíduo se relaciona com o mundo externo, o Ego, caracterizado por Freud (1915/1974b) como Ego-prazer, por se encontrar sob a égide do princípio de prazer, procura atrair e incorporar em si mesmo os objetos que são fonte de prazer e afastar aqueles que não o são; projetando, então, no mundo externo, tudo que lhe é desagradável. Ao fazê-lo, o Ego passa a sentir repulsa pelos objetos projetados e a odiá-los, de forma que pode, em algum momento, transformar esse ódio numa inclinação agressiva contra o objeto, em uma intenção de destruí-lo.

Assim, o Ego deixa de ser indiferente à realidade a sua volta e passa a catexizar os objetos que dela fazem parte com uma cota da sua agressividade e afeto, que será investida de acordo com as sensações que os objetos e pessoas lhe causam. Amor e ódio passam, então, a representar a atitude do ego total para com os objetos do mundo externo, podendo sofrer alterações ao longo da vida do indivíduo. Trata-se, portanto, de reações afetivas que o indivíduo pode ter diante dos objetos e pessoas que fazem parte do seu universo, que surgiram de fontes diferentes, antes que a relação prazer-desprazer os transformasse em opostos.

Freud (1915/1974b) acredita que o amor é originalmente narcisista e passa, ao longo do desenvolvimento, para os objetos, pois surge da capacidade do Ego de satisfazer as pulsões sexuais autoeroticamente, por isso estabelecendo uma relação direta com as atividades dessas pulsões. Já o ódio, que é mais antigo que o amor, origina-se do repúdio do Ego ao mundo externo e da insatisfação vivenciada por ele em relação aos objetos. Manifesta-se, por isso, no mundo, através de atos de agressividade contra o objeto, que podem intensificar-se ao ponto de se transformar na intenção de destruí-lo.

Para Freud (1923/1976b), o ódio é a expressão da pulsão de morte, visto que esta se manifesta através da projeção pelo indivíduo da sua agressividade no mundo, impedindo a sua própria destruição. Dessa forma, as pulsões sexuais (Eros) e as pulsões de morte refletem a oposição que se estabelece entre amor e ódio. Mas, como as pulsões não agem separadamente, fundem-se, misturam-se e se ligam uma com a outra de modo regular nos relacionamentos humanos, o amor se faz acompanhar pelo ódio (ambivalência) com frequência, podendo o amor se transformar em ódio ou o ódio em amor em determinadas circunstâncias, ou ambos no seu oposto, a indiferença.

Para descrever a indiferença, Freud (1914/1974c) se referiu às situações em que o indivíduo é acometido por uma doença orgânica e encontra-se em estado de enamoramento ou de sono. Para Freud (1914/1974c), trata-se de situações que

interferem no fluxo normal da libido, pois, nessas circunstâncias, a libido objetual retorna para o Ego do sujeito, recuperando, por um período, o primitivo estado narcísico, até que a libido seja novamente direcionada para os objetos, catexizando-os. O narcisismo é, portanto, uma situação original e universal, que pode ser recuperada pelo indivíduo em algum momento da sua vida, como um narcisismo secundário.

Freud (1914/1974c) descreveu uma pessoa atormentada por uma doença e mal-estar orgânico como aquela que, em função desse estado, deixa de se interessar pelas coisas do mundo externo, visto que não dizem respeito ao seu sofrimento, e também deixa de amar as pessoas que são significativas para ela. “Os sentimentos de quem ama, por mais forte que sejam, são banidos pelos males corpóreos, e de súbito substituídos por uma indiferença completa” (Freud, 1914/1974c, p. 99). Sendo que o mesmo também ocorre na condição do sono, por acarretar uma retirada narcísica das posições da libido até o próprio eu do indivíduo, alterando a distribuição da libido.

Em relação ao estado de enamoramento, Freud (1914/1974c) distinguiu dois tipos de escolha amorosa: tipo anaclítico ou de ligação, que tende a adotar como objeto de amor sua mãe ou quem quer que a substitua; e o tipo narcísico, que adotou o seu próprio eu como objeto, passando, a procurar inequivocamente a si mesmo como um objeto amoroso, o que impossibilita o desenvolvimento de uma verdadeira escolha objetual, ou seja, a construção de um vínculo libidinal com o objeto amado.

Para Freud (1914/1974c), tanto a doença orgânica quanto o estado de sono e de enamoramento representam situações normais que podem ocorrer ao longo da vida do indivíduo. No entanto, há situações em que a libido retirada dos objetos, direcionada para o Ego, não consegue retornar para o mundo externo, fixando-se no próprio corpo e personalidade do indivíduo e substituindo-os pelos objetos externos. Isto resulta no surgimento de um narcisismo secundário, que representa o retorno do narcisismo primitivo e original.

São essas situações que podem esclarecer em termos libidinais a indiferença, pois problemática do narcisismo tem sido apontada por pesquisadores de diferentes áreas científicas, principalmente no que se refere a sua relação com a cultura e a sociedade capitalista contemporânea, como possuidora de valor explicativo fundamental quando se trata de compreender características, tanto sociais quanto psíquicas, que se tornam prevalentes em nossa época. Para compreendê-la, atermo-nos às considerações que Caniato e Nascimento (2010) fazem acerca do narcisismo na contemporaneidade.

O Narcisismo na Contemporaneidade

Ao tecer algumas considerações sobre o narcisismo, Caniato e Nascimento (2010) apresentam o narciso contemporâneo como uma figura emblemática da nossa época, uma vez que, na atualidade, a regressão ao narcisismo surge como uma resposta inevitável para o indivíduo que sofre. Vemos, assim, o sofrimento fruto da sociedade atual acirrar o desamparo constitucional do indivíduo, impelindo-o a recorrer a defesas narcísicas que, como preconiza Green (1988), “a não ser pelo sono reparador de toda noite, a retração narcísica não requer nenhum comentário particular, a não ser a lembrança de que ela é resposta a um sofrimento e um mal-estar” (Green, 1988, p. 49).

Assim, encontramos-nos diante de uma sociedade em franco processo de dissolução dos ideais coletivos, dos discursos que dão sentido não só à existência do homem no mundo, mas também para as experiências que ele vivencia no cotidiano, transmitidas por meio da religião, da educação e de outros dispositivos culturais, e da queda das figuras de autoridade, como o Estado, que deveria garantir a segurança e o bem-estar do indivíduo. Em face desse quadro, o sujeito volta sua libido ao eu na tentativa de se fortalecer frente ao desamparo que vivencia, recorrendo a defesas narcísicas. Estas, paradoxalmente, podem conduzi-lo a uma condição mais vulnerável, pois, ao retornar a libido para o eu, ele apresenta uma dificuldade em construir vínculos amorosos com o outro, fechar laços afetivos e de classe social.

Partindo, então, das considerações realizadas por Caniato e Nascimento (2010) acerca do narcisismo, podemos descrever a indiferença como uma reação afetiva comum, na época atual, frente a uma situação de sofrimento ou mal-estar, que leva o indivíduo a regredir a um estado narcísico, uma vez que a sua libido é retirada do mundo externo e aprisionada no eu.

Ora, se a indiferença é uma reação afetiva comum do indivíduo contemporâneo frente a uma situação de sofrimento, ou mal-estar, e pode se manifestar de diferentes maneiras, será que podemos analisar a indiferença apresentada pelos adolescentes em conflito com a lei como uma reação afetiva a uma determinada situação? Será ela desencadeada por uma situação de sofrimento? Afinal, o que pode ter desencadeado a indiferença nesses adolescentes?

Para responder às questões, vou trazer o fragmento do caso de um adolescente que cumpriu a medida de prestação de serviços à comunidade.

Caso Pablo

Pablo³ é o filho mais velho de uma família de quatro filhos. Os pais são casados há muitos anos e têm um relacionamento estável. O pai, Carlos, é pastor de uma igreja evangélica da comunidade onde moram e dedica a sua vida às missões da igreja. A mãe, Maria, é dona de casa, mas também se dedica à igreja, auxiliando o marido em algumas ações. Trata-se de uma família muito religiosa, por isso Pablo cresceu acompanhando o pai nas missões.

Maria relata que Pablo foi um menino tranquilo. Era um bom filho, frequentava a escola, fazia os deveres, ajudava na rotina da casa e tinha respeito por todos. Mas, ao completar doze anos, seu comportamento mudou. Pablo passou a ficar na rua, faltar aulas e desrespeitar os pais, enfrentando-os quando eles chamavam sua atenção ou tentavam colocar um limite. Deixou também de frequentar os cultos aos fins de semana e de acompanhar o pai nas missões, o que os decepcionou, já que dedicavam sua vida à igreja.

Maria só tomou conhecimento do envolvimento do adolescente com o tráfico quando ele foi detido pela polícia em um ponto de ônibus da comunidade. Nessa época, Pablo estava com treze anos e levava uma quantidade significativa de droga no bolso, ia fazer uma entrega em outra comunidade. Desesperados, Maria e Carlos tentaram convencê-lo a voltar para a igreja, porque acreditavam que só Jesus poderia salvá-lo, mas Pablo os ignorou. Depois desse episódio, seu comportamento piorou. Ele passava o dia na rua, na companhia dos meninos do tráfico, e só retornava para casa para dormir.

Pablo estava com dezesseis anos quando foi encaminhado pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA) para cumprir a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade, após permanecer 45 dias no Centro de Internação Provisória (CEIP) aguardando a decisão do juiz. Pablo já tinha outras passagens pelo CIA e já tinha sido encaminhado para cumprir tanto a medida de Liberdade Assistida quanto a de Prestação de Serviços à Comunidade, mas descumpriu ambas, o que resultou na sua passagem e permanência no CEIP por 45 dias.

Nos primeiros atendimentos, Pablo se restringia a responder o que a técnica perguntava. Ele comentou apenas que não acreditava na medida, e que ela e o juiz não poderiam salvá-lo, já que aos doze anos decidiu entrar para o tráfico. Para ele, um caminho sem volta, pois o único destino de quem entra para a criminalidade é a cadeia, o cemitério ou a cadeira de rodas. Apesar de não acreditar que a medida poderia “salvá-lo”, Pablo continuou vindo aos atendimentos, mas permanecia em silêncio. Após algumas semanas, a técnica surpreende Pablo com uma pergunta: “Você diz que não pode ser salvo. Salvo de quê?”. Nesse momento, Pablo rompe o silêncio e começa a contar a sua história:

“Viver na casa dos meus pais era osso, sabe? Meus pais são de igreja, por isso, eu tinha que ser exemplo pra tudo, pros meus irmãos, pros outros caras que participavam dos movimentos jovens comigo... Era regra que não acabava mais. Tudo certinho, certinho como meu pai. Meu pai é daqueles sujeitos sem falhas. O pessoal falava que ele tinha um caráter intocável. Mas, pra mim, ele era um mané, um coitado, que vivia pra uma igreja comandando um bando de idiotas. E sabe o que ele ganhava em troca? Um bando de puxa-saco falso, interesseiro! Tinha gente que falava que eu ia ser como ele, seguir os mesmos passos, ia crescer e virar pastor. Mas eu queria ser diferente; queria brilhar como os meninos do tráfico; queria respeito na comunidade, dinheiro e a mulherada no pé; queria ser homem. E para não ser um mané, como meu pai, fui ser um traficante; um traficante homem”.

Para compreender o envolvimento de Pablo com a criminalidade, recorre-se às considerações que alguns autores fazem sobre a adolescência na perspectiva da psicanálise, pois Aos doze anos, momento em que Pablo se depara com o real da puberdade, é que ele se afasta dos pais e decide se envolver com o tráfico de drogas da região onde residia com sua família de origem.

A Adolescência na Perspectiva da Psicanálise

Para situar a adolescência na perspectiva da psicanálise é necessário levar em consideração o termo puberdade. Freud não fala em adolescência, mas faz menção ao termo puberdade em vários momentos da sua obra; nos casos clínicos, na etiologia das neuroses, nos textos metapsicológicos e sobre a cultura.

Freud (1905/1972) descreve a puberdade como um segundo tempo da sexualidade que surge após um período de supressão das pulsões sexuais, que ele denominou de latência, e que determina a configuração definitiva da vida sexual. É nessa fase que ocorrem transformações de natureza biológica e psíquica no adolescente, que ocasionam a subordinação de todas as fontes de excitação sexual ao primado das zonas genitais e ao encontro com o objeto sexual.

Freud (1905/1972) destaca ainda a puberdade como um tempo de revivência e re-significação edípica, pois o desejo sexual, ao despertar a antiga corrente, reativa o Édipo, renovando os conflitos edípicos e as fantasias incestuosas. Mas, diferentemente da sua primeira manifestação na infância, o redespertar do Édipo na puberdade tem a marca da interdição.

3 Trata-se de um nome fictício protegendo, assim, a identidade do adolescente e sua história.

Ele é reativado numa época mais além do recalque e em um corpo transformado, que traz um novo elemento, que é a genitalidade. Por isso, para Cottet (1996), na puberdade, o desejo sexual põe em questão a impossibilidade de uma harmonia entre a pulsão sexual e a corrente terna sobre o mesmo objeto.

Esses acontecimentos e transformações que o adolescente experimenta no corpo e no pensamento, segundo Lacadée (2011), Lacan chamou de gozo (*jouissance*), e se impõe à sua revelia, modificando o seu corpo infantil e os discursos que, até então, o localizavam no desejo do Outro. Assim, ele os vive com estranheza, podendo assumir uma dimensão traumática, visto que o adolescente não encontra palavras para simbolizar esses elementos, como demonstra Lacadée (2011) ao afirmar que:

Com frequência, o adolescente percebe as modificações de seu corpo como sendo outro corpo arrebatando, de maneira real, a terna despreocupação de sua infância e subvertendo os significantes ideias do Outro parental: tomado por um sentimento de estranheza em face da metamorfose, ele se depara com algo de intraduzível na língua do Outro e se confronta com um impasse, com o sentimento de um vazio matizado de vergonha. Essa vergonha que habita algumas das mais belas poesias de Rimbaud, como “Vergonha”, pode levar ao desgosto, ao ódio de si mesmo, ao ódio dessa coisa nova. (Lacadée, 2011, pp. 27-28)

Essa dimensão traumática da puberdade também pode ser compreendida através das observações que Alberti (2009) tece sobre a crise na adolescência. “Se há crise de adolescência, isso ocorre porque o sujeito humano é um sujeito em crise, ou seja, essa crise se dá porque, como diz Lacan, a sexualidade, antes de fazer sentido, fura o real” (Alberti, 2009, p. 124). Para Lacan (1974/2003), esse real reside no famoso enunciado de que não há relação sexual, que ele descreve, então, como impossível.

Lacan (1974/2003) define a adolescência como fornecedora do paradigma da impossibilidade do encontro com o outro sexo, pois o real da puberdade, em vez de viabilizar a relação sexual, como se poderia esperar, suscita o gozo das fantasias que afastam tal possibilidade, donde surge o comentário lacaniano do título da peça *O despertar da primavera*. Quando chega a hora do rapaz fazer amor com as moças, é preciso que sonhe com isso, antes de começar a disso se ocupar.

Assim, no momento em que o rapaz satisfaz os ideais de sua virilidade e a moça se instala na identificação, momento de assunção do desejo, o encontro fracassa e o adolescente precisa encontrar a sua própria solução, ou seja, a sua fórmula para lidar com esse impasse.

Freud (1905/1972) destaca na sua obra o trabalho que o jovem deve fazer de separação de seus pais como um ponto crucial e necessário na adolescência, pois é essa separação que permite ao adolescente lidar com os avatares da relação amorosa no ato sexual. Isto pode esclarecer o comentário que Lacan faz em seu seminário sobre o *sinthoma*, quando diz que a condição para que se possa prescindir do pai é servir-se dele, atribuindo ao pai um papel fundamental, pois, ao transmitir algo do seu modo particular de gozo, ele pode orientar o filho em relação à questão sexual, como demonstra Zeitoune (2008) ao afirmar que:

Seja como interditor do desejo do filho pela mãe e introdutor de uma lei, propiciando a sustentação de um desejo próprio do sujeito, seja como suporte das identificações resultantes das transformações dos investimentos amorosos ou mesmo como garantia de nomeação e referência de uma orientação sexual, o pai tem um papel de agente central nestas formulações sendo um elemento organizador da subjetividade. (Zeitoune, 2008, p. 2)

É no momento em que Pablo se depara com o real da puberdade que o coloca frente à necessidade de se separar do Outro, da sexuação e da escolha do objeto, que ele se afasta do pai e decide ser um traficante. “*Para não ser um mané, como meu pai, fui ser um traficante; um traficante homem*”. Pablo deixa, assim, de fazer um uso da saída que o pai lhe aponta pela via da religião.

É importante observar que, ao se apresentar como um pastor fiel aos preceitos religiosos, um homem de caráter inabalável e que no imaginário social não tem falhas, Carlos opera na vertente de um ideal, de um pai normativo. Ao fazê-lo, ele não deixa brechas para que o filho construa, a partir do que ele lhe apresenta, a sua própria saída. Assim, traça o seu destino: ser como ele, um homem religioso. Isto pode esclarecer a escolha do adolescente pelo tráfico. Pablo não encontra no pai uma orientação que o ajude a elaborar o mal-estar vivido no encontro com o outro sexo, decorrente da inexistência da relação sexual, e a construir uma resposta para a questão que se coloca para ele nesse momento: o que é ser um homem?

Ao relacionar os atos infracionais praticados por adolescentes com a crise do pai, Zeitoune (2008) afirma que esta crise, decorrente da queda da autoridade paterna e do enfraquecimento do laço com o Outro, pode levar alguns adolescentes a eleger o ato infracional como um modo de resposta aos impasses do sujeito frente à castração. Ao fazê-lo, o adolescente deixa de responder ao impossível da relação sexual pela via sintomática ou dos sonhos, elegendo a ação como uma saída.

O adolescente comete um ato como uma forma de solucionar os impasses com os quais se vê confrontado nesse momento de sua vida, o real do gozo e da sexualidade, encenando em seus atos uma tentativa de encontrar uma saída, uma forma de se manter no laço social.” (Zeitoune, 2008, p.4)

Com Pablo, não foi diferente. Ao completar doze anos, ele se afasta do pai e decide ser um traficante. Elegendo, nesse momento, o tráfico como uma saída para os impasses vividos. Recusando-se, assim, a cumprir o destino traçado, ainda na sua infância, por sua família e pela comunidade da igreja, que esperavam que ele seguisse os mesmos passos do pai.

Essa solução que Pablo buscou no tráfico se sustentou por alguns anos. No início, ele encontrou o que procurava: dinheiro, respeito e o acesso fácil às mulheres e às drogas. Pablo foi acolhido pelo “chefe da boca” próxima a sua casa e passou a vender droga e participar das festas que ele promovia. Momentos em que ele tinha a oportunidade de experimentar drogas, exibir o dinheiro ganho traficando, a arma e as roupas de marca que tinha comprado, e podia vivenciar as primeiras experiências sexuais com as meninas que frequentavam as festas. Eram nessas ocasiões que ele sentia que tinha se tornado um homem, conquistando o brilho dos meninos do tráfico que, desde a época que saía em missão com seu pai, tanto o encantou.

Pablo lança mão dos recursos fálicos ofertados pelo tráfico, fazendo um uso desses objetos que, a princípio, se apresentam como uma solução. Como observa Lacadée (2011), os objetos de consumo, que Lacan denominou de objetos mais-de-gozar, ao desconsiderar que a falta a ser do sujeito é um fato de estrutura, criam naquele que o consome a ilusão de que consumindo vai tamponar o vazio, o buraco com o qual ele se depara no encontro com o outro sexo, solucionando a insegurança vivida nesse encontro. Assim, é no momento em que Pablo exhibe a arma, o dinheiro e as roupas de marca nas festas que frequenta que ele sente que é um homem.

Trata-se de uma solução que não se sustenta, contudo, uma vez que o que os objetos produzem é, na realidade, uma falta de gozo, confrontando o sujeito novamente com a sua falta, cada vez que ele os consome, levando-o a consumir mais (Lacadée, 2011). O que pode esclarecer porque o tráfico foi, com o tempo, deixando de ser para Pablo uma solução. *“Você entra achando que vai brilhar, que o tráfico é só brilho, fama, dinheiro, mulherada, respeito, mas com o tempo você se dá conta de que quem brilha é o patrão. É ele que fica com a grana da venda das drogas, com a fama e o respeito, porque nós, os soldados, ficamos é na mira da polícia, trabalhando dia e noite, vendendo droga pros boys e pros noiados da comunidade. E sabe o que a gente ganha? Chumbo grosso, é bala pra todo lado. Da rua de cima, porque os caras querem pegar a gente, querem o nosso ponto; da polícia, que não vê a hora de colocar a mão na gente para cobrar propina, para dar uma surra ou para levar pro juiz. Nem dá tempo de gastar o dinheiro que a gente ganha. Gastar como? A gente não pode colocar a cara na rua de baixo que lá vem chumbo. Então, só dá pra curtir de vez em quando as festas que o patrão promove. Quer saber, o crime é uma ilusão, e o pior é que é um caminho sem volta.”*

Aquilo que parecia ser para Pablo uma solução rápida e eficaz para as questões com as quais ele se depara na adolescência, com o passar do tempo, revelou-se como uma ilusão, um caminho sem volta, o que não foi sem consequência para a subjetividade desse jovem.

A Indiferença

Nos atendimentos realizados com Pablo durante o cumprimento da medida foi possível observar que, ao contrário do que se pode esperar de um adolescente que afirma que a vida no tráfico não passa de uma ilusão, Pablo manteve a sua ligação com o tráfico, mas a sua relação com os meninos do tráfico já não era a mesma. Pablo passava os seus dias “trabalhando no automático”, com a sensação de que cumpria uma função que não tinha mais sentido para ele.

Apesar de Pablo permanecer no tráfico, não havia mais um investimento subjetivo da sua parte na venda das drogas e no laço libidinal estabelecido com os meninos do tráfico. Pablo se tornou indiferente à sua realidade e ao próprio destino, que ele aguardava passivamente, convicto de que nada poderia mudá-lo.

A indiferença surge, então, no caso desse adolescente, como uma resposta afetiva ao sofrimento desencadeado pela desilusão com o outro do tráfico e, conseqüentemente, com a vida no crime. Isto pode ter lhe causado sofrimento, ao remetê-lo ao desamparo vivido diante de uma dura realidade marcada, sobretudo, pela violência, pela miséria e pela ausência do aparato do Estado, que deveria garantir minimamente a sua segurança e bem-estar.

Assim, na tentativa de fortalecer-se diante do desamparo que vivencia, Pablo retorna sua libido para o eu, recorrendo a defesas narcísicas que, paradoxalmente, o deixam em uma condição ainda mais vulnerável por dificultarem o seu enlaçamento com outras pessoas e lugares, o que pode esclarecer porque essa indiferença também era manifestada no encontro de Pablo com a técnica responsável por acompanhá-lo no cumprimento da medida, que, para ele, era alguém que não poderia “salvá-lo”, já que a vida no crime é um caminho sem volta. A princípio, isto inviabilizava o trabalho a ser realizado, pois, acreditar que a técnica não poderia fazer algo por ele, Pablo não estabeleceu com ela uma relação transferencial, tão necessária para que um trabalho aconteça.

Apesar de Green (1988) afirmar que, para Freud, uma vez que a libido tenha se desligado dos objetos externos e se refugiado no eu do sujeito, uma relação transferencial não pode ser estabelecida, foi a transferência que se estabeleceu entre o adolescente e a técnica que possibilitou que um trabalho fosse realizado.

Se Pablo, inicialmente, em função da convicção de que a técnica não poderia ajudá-lo, recusava-se a falar, a dar tratamento às questões relevantes que poderiam esclarecer o que motivou a sua entrada no tráfico de drogas, foi a partir de

uma pergunta que a técnica fez, surpreendendo-o, que a transferência se estabeleceu, viabilizando um trabalho: “*Você diz que precisa ser salvo. Salvo do quê?*”

É nesse momento que Pablo começa a contar a sua história e a construir o seu romance familiar, falando das dificuldades vivenciadas em relação ao pai, um homem da igreja, sempre foi muito rígido e correto com tudo, exigindo que ele agisse da mesma maneira, principalmente no que se refere aos preceitos religiosos, e esperando, assim, que ele seguisse os seus passos. Destino que o assustava, não só por não se identificar com a questão religiosa, mas também por ter que seguir os passos de um homem que, para a sociedade, era sem falhas.

É interessante observar que Pablo se desiludiu com o Outro do tráfico da mesma maneira como ele se desiludiu com seu pai. Tanto Carlos quanto o traficante se apresentaram para o adolescente como um outro consistente demais, que não deixa brechas para que ele faça a sua escolha ao traçar o seu destino. Assim, quando a técnica pergunta para Pablo do que ele quer ser salvo, ela introduz outro diverso do Outro que Pablo encontrou na sua própria história. Ao contrário do seu pai, que traçou seu destino quando ele ainda era uma criança, e do traficante, que ao submetê-lo a uma lei de ferro não lhe dá condição de escolher, a técnica não se colocou nesse lugar. Ela abriu com essa pergunta a possibilidade de Pablo construir as suas próprias saídas para as questões que o angustiavam naquele momento, deixando de ocupar o lugar do outro que decide por ele e impõe a sua vontade, traçando o seu destino a sua revelia. Ao fazê-lo, a técnica realizou o que Recalcati (2004) chama de retificação do Outro.

Trata-se de preparar as condições que tornem eficaz uma interpretação: é necessário operar preliminarmente uma retificação do Outro em vez do sujeito. O que significa retificar o Outro? Significa encarnar, como analista, um Outro diverso daquele real que o sujeito encontrou em sua história e que se apresenta como um Outro incapaz de operar com a própria falta. Trata-se, antes de tudo, de dizer “sim” ao sujeito, portanto, de encarnar um Outro que saiba não excluir, não anular, não refutar, não silenciar, não preencher, não sufocar, não atormentar. Esta nova configuração do Outro consente numa nova implicação do sujeito num novo laço possível com o Outro. Neste sentido, pode-se afirmar que a retificação do Outro tem a finalidade de implicar o sujeito num laço ou numa transferência com o Outro. (Recalcati, 2004, pp.11-12)

A retificação do Outro é, portanto, uma manobra essencial nos casos em que o adolescente manifesta a indiferença na relação com o técnico. Trata-se de um movimento que antecipa e pode tornar possível o desenvolvimento da transferência sobre o eixo simbólico.

Embora Pablo criticasse e ridicularizasse o pai por ele viver em função da igreja, quando se referia a ele, falava do pai como uma potência, alguém que tinha o poder de “*salvar vidas*”, como a dos meninos do tráfico. O que ele pôde desconstruir ao longo da medida.

Ao se referir ao pai dessa maneira, a técnica pôde intervir mostrando para Pablo um furo do pai. Apesar de tão potente, não foi capaz de “salvar” seu próprio filho do tráfico, restituindo, nesse momento, o pai pela via da castração. O que não foi sem efeito, pois é a partir dessa intervenção que Pablo finalmente elege o local para prestar o serviço, uma instituição da sua comunidade intitulada Criança Esperança, cumprindo, então, a sua medida de maneira satisfatória.

Para Santiago (2006), é somente quando a posição do pai inscreve-se para o sujeito nos moldes de um sintoma que se criam as condições para ir além dele. É quando se pode cifrar o gozo do pai como sintoma que se tem uma chance de dispensá-lo por meio de um uso possível.

Dessa forma, podemos afirmar que foi quando Pablo pôde inscrever uma falta no pai que este se transformou em um sintoma, o que possibilitou que Pablo iniciasse o caminho de volta para casa. Finalmente, pôde se servir do pai para construir uma saída diferente da criminalidade para as questões com as quais se deparou no encontro com o real da puberdade.

Trata-se, portanto, de um caso bem sucedido, no qual foi possível realizar um trabalho com o adolescente, apesar da indiferença manifesta na relação com a técnica que o acompanhou no cumprimento da medida. Isto revela que é possível operar com adolescentes em conflito com a lei que manifestam indiferença no encontro com o técnico responsável pelo seu acompanhamento na medida socioeducativa. Para isso, contudo, é necessário que o técnico retifique o Outro para o adolescente, ou seja, é preciso que ele apresente Outro diverso do Outro que o adolescente encontrou na sua própria história, o que vai depender da forma como ele se apresenta na medida e maneja as dificuldades que vão surgindo nos atendimentos ocasionadas pela indiferença do adolescente.

Referências

Alberti, S. (2009). *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Caniato, A. M. P., & Nascimento, M. L. V. (2010). O mal estar na contemporaneidade: Desamparo, indiferença e sofrimento narcísico. *XIII Encontro Regional Sul da Associação Brasileira de Psicologia Social*, Maringá, Paraná.

- Cottet, S. (1996). Estrutura e romance familiar na adolescência. In H. C. Ribeiro, & V. Pollo (Orgs.), *Adolescência: O despertar Kalimeros* (pp. 35-40). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Freud, S. (1969). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In James Strachey. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1912).
- Freud, S. (1972). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In James Strachey. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 7). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905).
- Freud, S. (1974a). O Mal-estar na civilização. In James Strachey. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1930).
- Freud, S. (1974b). Os instintos e suas vicissitudes. In James Strachey. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1915).
- Freud, S. (1974c). Sobre o narcisismo: uma introdução. In James Strachey. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1914).
- Freud, S. (1976a). Além do princípio de prazer. In James Strachey. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1920).
- Freud, S. (1976b). O Ego e o Id. In James Strachey. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1923).
- Garcia, C. (2001). Em conflito com a lei. *Curinga*, 15(16), 122-129.
- Green, A. (1988). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta.
- Koltai, C. (1999). Violência e indiferença: Duas formas de mal-estar na cultura. *São Paulo em Perspectiva*, 13(3), 76-80.
- Lacadée, P. (2011). *O despertar e o exílio ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Lacan, J. (1992). Produção dos quatro discursos. In J. Lacan. *O seminário 17: O avesso da psicanálise* (pp.1969-1970). Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1969-1970).
- Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan. *Escritos* (p. 1958). Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1958).
- Lacan, J. (2003). Prefácio O despertar da primavera. In J. Lacan. *Outros escritos* (p.1974). Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1974).
- Lacan, J. (2008). Do Sujeito Suposto Saber, da díade primeira e do bem. In J. Lacan. *O seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (p. 1964). Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1964).
- Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. (1990). Estabelece as medidas concretas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Brasília. [Link](#)
- Lei nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. (1927). Estabelece a 1º legislação voltada para a proteção das crianças e adolescentes. [Link](#)
- Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. (2012). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratique ato infracional. Brasília, DF. [Link](#)

- Miller, J.A. (1987). *Percurso de Lacan: Uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Nassau, C. (2011). A contribuição do conceito de transferência para as medidas socioeducativas. *Clinicaps: Impasses da clínica*, 5(15), 61-72.
- Recalcati, M. (2004). A questão preliminar na época do Outro que não existe. *Latusa Digital*, n. 7, ano 1, julho de 2004. Link
- Salum, M, J, G. (2012). O adolescente, o ECA e a responsabilidade. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 1(6), 162-176.
- Santiago, J. (2006). A clínica da pai-versão: um adeus ao pai morto. *Revista Latusa*, 11, 73-89.
- Zeitoune, C. M. (2008). O ato infracional adolescente- Um apelo ao pai. In *III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental*. Niterói, RJ. Pathos: Violência e poder.

Endereço para correspondência

Andréa Máris Campos Guerra
Email: aguerra@gmail.com

Marina Soares Otoni
Email: marinasoaresotoni@gmail.com

Recebido em: 27/05/2016

Revisado em: 22/12/2017

Aceito em: 11/03/2018